

Devassa em conta da Petrobras

A Justiça mandou quebrar sigilo bancário da estatal, de empresas "laranja" de doleiro preso e do ex-diretor de Abastecimento

BRASÍLIA

A Justiça Federal determinou a quebra do sigilo bancário das transações financeiras feitas entre a Petrobras, a empreiteira Camargo Corrêa e a Sanko Sider Comércio Importação e Exportação de Produtos Siderúrgicos relacionadas aos contratos de construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco.

A 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba autorizou, ainda, uma devassa das contas bancárias do ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, da mulher dele e de duas filhas do casal.

Essas medidas foram pedidas pela força-tarefa do Ministério Público Federal, que reforçou as investigações da Operação Lava a Jato, da Polícia Federal (PF).

O objetivo é aprofundar a apuração sobre os repasses da Camargo Corrêa para a Sanko Sider e para empresas supostamente laranjas do doleiro Alberto Youssef, preso em decorrência da Operação Lava a Jato, assim como Costa.

Em denúncia aceita pela Justiça Federal, o Ministério Público Federal informa que, de 2009 a 2012, 17 empresas repassaram R\$ 90 milhões à MO Consultoria, controlada por Youssef.

Segundo a PF, a MO só existe no papel e seria usada para movimentar dinheiro de origem ilegal. No período da movimentação, Costa era do Conselho de Administração da Abreu e Lima e, para a PF, tinha forte influência no andamento das obras. Ele mantinha estreitos vínculos com Youssef.

O Ministério Público denunciou Youssef e Costa e citou as movimentações financeiras da Camargo Corrêa e da Sanko Sider com base em laudo da Receita Federal.

A Sanko Sider repassou R\$ 26 milhões para a MO, entre 2009 e 2012. Na próxima etapa, os investigadores tentarão identificar outras empresas que prestaram serviços relacionados à Abreu e Lima e que também fizeram pagamentos a consultorias de Youssef.

Em nota, a Petrobras afirmou que não foi informada oficialmente da decisão da Justiça e que "reafirma seu compromisso de continuar colaborando com o Poder Judiciário para esclarecimento dos fatos".

A Sanko Sider informou que não faz vendas diretas à Petrobras, com exceção de alguns itens para manutenção, e que seus contratos são estritamente comerciais, com notas fiscais contabilizadas, tribuadas e pagas via sistema bancário.

Disse, ainda, que "repudia veementemente as ilações que vêm sendo feitas" e que "reafirma total transparência, legalidade e legitimidade de seus negócios".



PETROBRAS vai ter contas avaliadas após pedido da força-tarefa do Ministério Público Federal

Desvio de 300 milhões da estatal

A Polícia Federal (PF) calcula que o grupo supostamente chefiado pelo ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, preso na Operação Lava a Jato, desviou cerca de R\$ 300 milhões em negócios da estatal, entre 2004 e 2012.

A PF chegou a este número a partir de documentos apreendidos em poder de Costa e do doleiro Alberto Youssef, também um dos alvos centrais da Lava a Jato.

Os investigadores suspeitam ainda que o grupo do ex-diretor tenha se apropriado de boa parte da "address commission", desconto de 1,25% que armadores tradicionalmente concedem em contratos de fretamento de navio.



PAULO ROBERTO: documentos

CPI às vésperas da Copa

A queda de braço entre PT e oposição sobre a CPI da Petrobras pode levar o início das investigações para as vésperas da Copa do Mundo. Os petistas se recusam a apresentar seus integrantes para a CPI Mista, composta por senadores e deputados, de forma que pre-



RENAN: sem previsão para CPI

valeça a comissão no Senado, onde o governo tem maioria confiável.

Senadores da oposição, por sua vez, não indicam nomes à CPI exclusiva do Senado para forçar a instalação da comissão mista, onde avaliam ter mais chances de superar a blindagem do Planalto.

O comando do PSDB já prepara uma contraofensiva à CPI Mista do Metrô de São Paulo, criada ontem na sessão do Congresso.

O presidenciável Aécio Neves (MG) e o líder do partido no Senado, Aloysio Nunes (SP), levantaram casos que indicariam possibilidade de cartel em obras do governo federal com a Alstom.

O PT afirmou ontem que não fará a indicação até que Renan Calheiros (PMDB-AL) se pronuncie sobre a prevalência da CPI do Senado sobre a mista. Não há data prevista para a resposta.

A Petrobras recorre sistematicamente ao fretamento de navios para o transporte de combustível. O negócio movimentaria, só em "address commission", aproximadamente US\$ 30 milhões por ano (cerca de R\$ 66 milhões).

Pela lei, a comissão deveria retornar aos cofres da Petrobras a partir do pagamento dos fretes dos navios. A PF começou a suspeitar dos desvios dos descontos especiais tendo por base uma das planilhas apreendidas em poder do ex-diretor da Petrobras.

Os dados nesta lista corresponderiam ao valor da comissão. A polícia descobriu a coincidência desses números com a ajuda de um técnico da Petrobras.

Conclusão de comissão interna é adiada em 30 dias

A Petrobras decidiu adiar em 30 dias a conclusão de sua comissão interna que apura irregularidades na aquisição da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

O prazo inicial estava marcado para hoje. Segundo o comunicado da companhia, o adiamento foi solicitado pelo coordenador da comissão, mas as razões para o adiamento não foram detalhadas à imprensa.

Na última segunda-feira, o ex-diretor da área Internacional, Nestor Cerveró, foi ouvido pela auditoria e afirmou que não aceita ser responsabilizado sozinho pela polêmica compra, que custou mais de US\$ 1,2 bilhão à Petrobras.

Deputado pagou empresa envolvida com doleiro

O deputado federal Luiz Argôlo (SDD-BA) deu verba da Câmara para uma empresa que seria seu elo financeiro com o doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava a Jato, da Polícia Federal.

A União Brasil Transportes e Serviços, com sede em Alagoinhas (BA), base eleitoral do congressista, recebeu ao menos R\$ 30 mil da chamada cota para exercício da atividade parlamentar por supostos serviços prestados ao gabinete de deputado.

Três ex-assessores dele constam como sócios da empresa. Argôlo pediu à Câmara o reembolso de seis notas fiscais, no valor de R\$ 5 mil cada, pelo aluguel de veículos durante seis meses dos anos de 2011 e 2012.

Os comprovantes de janeiro, fevereiro e março de 2012 descrevem a locação de uma Pajero. A Operação Lava a Jato investiga esquema bilionário de lavagem de dinheiro, do qual Youssef seria pivô. A PF flagrou intensa troca de mensagens entre ele e o deputado.



ARGÔLO: mensagens com doleiro

Doleiro será chamado para ser testemunha de Vargas

A defesa do deputado licenciado André Vargas (sem partido-PR) estuda a possibilidade de indicar o doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava a Jato, como testemunha de defesa no processo por quebra de decoro parlamentar em andamento na Comissão de Ética da Câmara dos Deputados.

O deputado não foi notificado sobre o processo porque os funcionários da Câmara ainda não conseguiram localizá-lo.

O presidente do Conselho, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), acredita que o ex-petista tenta ganhar tempo e teme não conseguir finalizar o processo antes do recesso de julho, como previsto inicialmente.